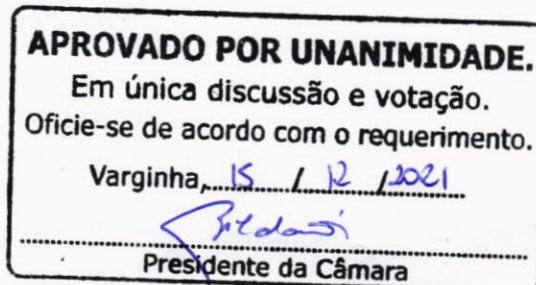




Câmara Municipal de Varginha

Requerimento Nº 208/2021

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Varginha.



O Vereador que abaixo subscreve vem, na forma regimental, solicitar de Vossa Excelência que encaminhe o presente Requerimento ao Senhor Procurador Geral do Município de Varginha – PROMU, em relação ao Processo Judicial n.º 5000247.13.2016.8.13.07047, no qual discute-se o enquadramento funcional dos Agentes Comunitários de Saúde no quadro dos servidores da Prefeitura Municipal de Varginha, **solicitando as seguintes informações:**

1. A Procuradoria Geral do Município tem ciência ou já foi intimada da condenação do Ente Municipal pela Turma Recursal, por meio do acórdão em 28 de julho de 2020?
2. A PROMU pretende recorrer? Qual prazo máximo para o recurso?
3. Qual prazo final para o cumprimento da decisão judicial?
4. A Prefeitura Municipal de Varginha tem ciência das consequências jurídicas e orçamentárias desta decisão judicial, caso o Poder Judiciário conceda eficácia “erga omnes” a tal decisão, estendendo os efeitos a todos os interessados e não somente aos pleiteantes na referida Ação Judicial?

JUSTIFICATIVA

Este Vereador apresenta o presente Requerimento exercendo o papel fiscalizatório do vereador e buscando angariar informações relevantes sobre o tema, dando mais transparência à população em relação ao referido processo.



Câmara Municipal de Varginha

Solicita, assim, o apoio dos nobres Edis para a sua aprovação, espera que as informações elencadas sejam remetidas na forma e no prazo dispostos pela Lei Orgânica do Município, para conhecimento desta Casa Legislativa e de toda a população varginhense.

**Sala das sessões da Câmara Municipal de Varginha,
em 15 de dezembro de 2021.**

THULYO PAIVA MACHADO
Vereador

Eduardo Benedito Ottoni Filho
DUDU OTTONI
VEREADOR - PTB

Apoliano de Jesus Rios
Apoliano do Projeto DOM
Vereador - PP

João Martins Ribeiro
Joãozinho Enfermeiro
Vereador - PSC

Marco Antônio de Souza
Marquinho da Cooperativa
Vereador - REPUBLICANOS

Requerimento Nº 208/2021